



A Construção da Cultura Cívica dos Migrantes no Período da Colonização de 1980 em Rondônia*.

Lilian Maria Moser**

Resumo:

Este artigo trata do processo de colonização em Rondônia, na década de 1980, a qual acelerou um intenso processo migratório de pessoas oriundas de vários estados brasileiros, as quais trouxeram em sua bagagem arsenal de valores culturais e tentaram reproduzi-los e vivenciá-los em seu novo ambiente geográfico e social. No entanto, na construção de seu novo espaço estabeleceu-se um conflito intercultural em que o grande norteador perpassou pelo fator econômico, a construção de uma base promissora para sua família e teve como consequência o individualismo e a competição. Porém, as dificuldades inerentes ao fator migratório proporcionaram aos migrantes traçarem objetivos comuns, reconstruindo seus valores culturais, articulando-os com o diferente encontrado no *outro* e formaram a *cultura cívica, o Capital Social*.

Palavras Chaves: Colonização, Migração, Cultura Cívica, Capital Social.

Abstract:

This article treats of the colonization process in Rondonia at 1980, which accelerated an intense migratory process of people from several Brazilian states. These people brought into their baggage a group of cultural values and tried to reproduce them in their new geographic and social environment. However, in this new space, an intercultural conflict had been established whose the major guide passed by economic factor – the construction of a promising support to their families – and had as consequence the individualism and competition. Nevertheless, the difficulties inherent to migratory factor supplied the migrants to trace common objectives, rebuilding their cultural values, articulating them with the different culture and forming the civic culture, the Social Capital.

Keywords: Colonization, Migration, Civic Culture, Social Capital.

1. Introdução

* Trabalho apresentado no VI Simpósio Nacional de História Cultural: Sensibilidades e Sociabilidades. 13 a 17/10/2008 – UFG.

**Doutora em Ciências Sócio Ambiental pelo Núcleo de NAEA/UFPA - Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará. Professora do Departamento de História e do Mestrado em História e Estudos Culturais/Universidade Federal de Rondônia - UNIR. lilian.msr@gmail.com.



Este artigo trata de uma parte do estudo realizado durante o meu processo de doutorado pelo NAEA/UFPA/UNIR, em que foi realizada a pesquisa com aplicação de um questionário sócio e econômico dos associados e não associados da Associação Alternativa dos Produtores – APA, situada em Ouro Preto d’ Oeste. O objetivo foi analisarmos o perfil dos associados, bem como, fazemos uma abordagem sobre os aspectos do cotidiano da colonização e acerca do papel da mulher na colonização através do CNPq/PIBIC-UNIR.

No primeiro momento, analisamos alguns aspectos da Colonização de Rondônia e as formas de colonização através dos projetos desenvolvidos pelo governo, fazendo uma referência ao cotidiano das famílias. Em seguida, apresentamos o processo migratório, as organizações das famílias, sua cultura e resistência no enfrentamento das diversas dificuldades, nas quais é construído o suporte do capital social e sua discussão conceitual elaborada no terceiro momento. E por fim, relatamos a experiência da Associação dos Produtores Alternativos – APA, do município de Ouro Preto, que foi o estudo para a tese de doutorado, em que ressaltamos alguns aspectos de capital social.

2. Aspectos da Colonização e Migração em Rondônia

A discussão teórica fundamenta-se em torno da *Cultura Cívica* que se situa no contexto migratório no final da década de 1970 e início da década dos anos de 1980, durante o período da intensa colonização de Rondônia.

Naquele período, o Estado de Rondônia, inserido no contexto de transformação da *Fronteira* na Amazônia, no programa da “Operação Amazônia”, foi constituído pela política do governo federal e local para ser a *grande fronteira agrícola*, atraindo assim inúmeros migrantes.

A ocupação de suas terras foi realizada de várias formas: por colonização oficial, “espontânea”, por ocupação, dirigida pelo órgão competente do Estado, ou ainda por empresas privadas, através de Projetos Integrados de Colonização – PIC’s e outros, baseados na formação de pequenos lotes de terra (estabelecimentos) na agricultura familiar e na pecuária reproduzindo uma economia integrada ao restante do país.

Para viabilizar a organização e divisão das terras, devido a sua extensão e complexidade social e política, o INCRA, ainda no ano de 1975, dividiu o único Projeto



Fundiário de Rondônia em vários outros Projetos Fundiários, dentre eles se localizam os Projetos Integrados de Colonização – PIC’s. Nesses PIC’s localiza-se também o Projeto Integrado de Colonização de Ouro Preto – PIC – OPO, que é a área de nossa pesquisa.

Na política, em relação à divisão de terras, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA adotou uma forma de organização estabelecendo uma divisão de hierarquia e valores, em que os PIC’s eram destinados aos agricultores de baixa renda e cabia ao INCRA implantar a organização territorial, a infraestrutura, a administração, como também realizar os assentamentos e dar o título aos produtores. Além disso, promover a assistência técnica, o ensino, a saúde e previdência social, a habitação rural, a empresa cooperativa, o crédito e a comercialização.

Os Projetos de Assentamento Rápido - PAD’s, segundo a modalidade de colonização, eram assumidos pelos parceiros¹ que deveriam ser mais especializados que um trabalhador sem terra, com um mínimo de conhecimento agrícola e, ao mesmo tempo, com algum recurso financeiro e experiência para a obtenção de crédito bancário e cuja produção era apoiada pela política agrária para o cacau.

A outra forma tratava da Colonização Particular, realizada por empresas particulares de colonização cadastradas no INCRA, em terras particulares ou públicas, cuja aprovação, de cada projeto, era de responsabilidade do referido instituto. Sua característica era a “do tipo empresarial” e as pessoas qualificadas em participar desse tipo de colonização eram os agricultores de média renda com tecnologia mais avançada, possuidores ou com possibilidades de crédito bancário. (RELATÓRIO:INCRA/EMATER,1981, p.32).

Essas formas de condução para a distribuição de terras atraíram inúmeras famílias de várias regiões do país que objetivavam reconstruir sua vida com mais recursos financeiros e com qualidade de vida. Para esses migrantes a terra era sinônimo de fartura e estava disponível para ser cultivada e também povoada. No entanto, travaram-se inúmeros conflitos étnicos e sociais, formando uma cadeia de tensões (IANNI,1975, p.13-17).

2.1 Rondônia, Símbolo da Fartura

¹ Parceiro era a denominação dada ao dono do lote



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

A oficialização da Colonização em Rondônia, na década de 1970, proporcionou um novo valor da terra e atraiu inúmeros migrantes de diversas regiões do país com objetivos de recomeçar uma nova vida, que, no entanto, não atendeu as expectativas:

Houve o tão decantado chamamento do Governo Federal, para que fosse ocupada a Amazônia; as condições para tanto, dizia-se, eram excepcionais: ingressou-se na desumana tarefa de vender esperanças, hoje já não tão intensa. ((RELATÓRIO:INCRA/EMATER,1981, p.36).

Observamos que o significado da *fronteira* de Rondônia teve relevância aos migrantes. Encontrar a nova terra foi um sonho da maioria que com muito esforço e sacrifício enfrentava uma longa viagem por uma estrada desconhecida e sem pavimentação, com os seus poucos pertences fretados numa camionete ou num caminhão em duas ou três famílias que dividiam o combustível; ou ainda era utilizado o *pau-de-arara*² coberto com uma lona, cujas pessoas ficavam expostas a todas as intempéries da viagem.

O pau-de-arara era fretado por várias famílias, ou o mais freqüente que acontecia, por parte dos fazendeiros que alugavam um ou mais desses caminhões, conforme o seu investimento em suas terras, os quais, através do “gato” (espécie de um capataz, pessoa de sua confiança) arregimentavam trabalhadores do sul e sudeste para trabalharem em sua fazenda com promessas de toda infra-estrutura, casa, comida, assistência médica e salário. E chegando às cidades essas pessoas eram “descarregadas”³ na rodoviária onde um caminhão do fazendeiro vinha para levá-los ao destino.

Todos os dias, principalmente na década de 1980, nos municípios situados ao longo da BR-364, chegavam dois a três caminhões lotados de agricultores ou trabalhadores para “tentar a sorte em Rondônia”, como se falava na época.

As famílias que vinham no pau-de-arara, sem vínculo com fazendeiro ou a qualquer outro tipo de trabalho, ficavam na rodoviária dos pequenos municípios até encontrarem um

² Pau-de-arara era um caminhão assim denominado porque em sua carroceria eram colocados bancos de madeira bruta e pregados, e sem encosto, e o mínimo de espaço entre os bancos.

³ “Descarregados” para expressar a forma como essas famílias eram tratadas, pois os bois da fazenda recebiam um tratamento muito melhor.



lote⁴ de terra para comprar e iniciar o roçado ou então comprar uma data⁵ na cidade e trabalhar no mercado de trabalho e, em último caso, se empregarem em uma fazenda.

O procedimento adotado dessas famílias era o seguinte: a mulher com os filhos, geralmente menores, ficavam na rodoviária enquanto o marido com um dos filhos maiores, do sexo masculino, saía à procura de trabalho, ou de um lote de terra para comprar⁶ ou ainda uma data⁷, dependendo das oportunidades encontradas.

Outro transporte utilizado no início da década de 1970, era a Empresa de Transportes União Cascavel, atual EUCATUR⁸, com a qual governo do território, na época, estabeleceu um contrato estabelecendo o pagamento de uma parte da passagem da viagem, do trajeto do estado do Paraná às cidades de Rondônia.

Na maioria das vezes, os homens deixavam a família no seu local de origem e “vinham na frente”, para dar início ao roçado, construir um barraco e em período de três a seis meses, buscavam-na ou mandavam buscá-la através dos seus parentes ou conhecidos, e nesse retorno já vinham mais outras famílias.

Nessa década compreendida dos anos 1970 até meados de 1980 se realizou o “fantástico” da migração, pois uma vez a colonização oficializada foi feita uma grande divulgação nos estados do sul-sudeste pelo Governo Federal, a respeito das terras de Rondônia, em que muitas famílias atraídas deixavam tudo e para se fixar em Rondônia. A outra forma de divulgação era a “não oficial”, realizada através das notícias de parentes, amigos e vizinhos⁹.

3. A Construção do Capital Social: Migrantes, Estranhos e Amigos.

⁴ Lote é a denominação que se dava a pequena propriedade agrícola, também denominada por Costa, (1999) de estabelecimento.

⁵ Data, denominação de terreno atribuída na área urbana.

⁶ Algumas famílias do sul-sudeste vendiam alguns pertences, na sua região e com este dinheiro pagavam o transporte da vinda, alimentação e comprar um pedaço de terra. Muitas vezes os recursos conseguidos cobriam somente até a compra do imóvel e nada mais. Não sobrava nada mais, nem para construir um barraco e nem para alimentação.

⁷ "Data" é o nome atribuído ao lote de terra na área urbana.

⁸ A partir de agosto de 1972 a Empresa União Cascavel iniciou a operar linha regular do estado do Paraná para Rondônia.

⁹ Foi realizado e filmado um documentário a respeito da colonização inicial em Rondônia, denominado, “Em busca do Eldorado” onde foram recolhidos relatos e testemunhos e retratando a atuação da empresa União Cascavel que transportava os migrantes até mais ou menos próximo à linha de acesso ao lote.



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

O processo de colonização desse período, ao longo da BR-364, acelerou a abertura de pequenas vilas, que posteriormente foram elevados à categoria de municípios¹⁰, nos quais a maioria das casas, na área rural e também na urbana, chamadas de barracos, porque eram cobertas de lona ou com palha da palmeira Babaçu e construídas em meio da mata derrubada e queimada com restos de troncos.

Nessas condições, moravam famílias inteiras, sem a mínima infraestrutura de água, energia elétrica, de alimentação e de espaço onde os seus membros pudessem viver de forma digna. Outro fator determinante era a distância geográfica do seu núcleo familiar, porque nem sempre todos vinham para Rondônia, muitas vezes, o restante dos familiares da primeira e segunda geração ou outras gerações ficavam em seu lugar de origem. Em outras palavras, as pessoas chegaram a uma terra que lhe era estranha com pessoas estranhas, mas que tinham algo em comum, a maioria era migrante.

Essa situação de precariedade favoreceu o acolhimento humano e as faltas de condições no atendimento das suas necessidades vitais formaram uma base para que as pessoas iniciassem uma nova relação, não de parentesco, mas de amizade para apoiarem-se com confiança e solidariedade, para que pudessem reconstruir uma nova moradia e uma nova cidade.

Apoiando-nos em Putnam (2000), a confiança mútua e o interesse pela melhoria das pessoas são elementos constitutivos de uma comunidade cívica, que é a *mola mestra* da sociedade, é a base onde se processam as organizações sociais e seu desenvolvimento.

D'Araújo (2003) analisa a afirmação de Putnam e discute que o *civismo* se dá em locais e realidades diferenciadas, no caso as duas regiões da Itália, norte e sul. Este, em séculos passados foi sempre o mais rico e próspero, onde as pessoas eram socialmente abastadas, sem necessitarem de solidariedade, formando assim, uma sociedade hierárquica, individualista, clientelista com a forte presença hierárquica e dominadora da Igreja Católica. Ao contrário, o norte, mais pobre, era uma sociedade comprometida com o bem público, apresentava um cooperativismo mais acentuado, formando assim a *cultura cívica*.

Na opinião da autora, a cultura cívica acontece nos grupos ou comunidades que apresentam problemas estruturais da vida humana, como: a questão desemprego ou

¹⁰ Entre as décadas de 1980 e final de 1990 foram criados 52 municípios em Rondônia.



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

subemprego, a falta de moradia e de terra, a saúde precária oferecida pelo estado, uma educação deficiente com poucas vagas para a população, a alimentação sem qualidade ou mesmo vivendo continuamente na fome e conseqüentemente a falta de lazer e outros. Essa situação é mais propícia para a organização aliviar ou mesmo sanar os problemas que são individuais, mas que se tornam comunitários, porque é da maioria.

Quando pessoas com problemas comuns resolvem formar grupos e se organizarem traçam objetivos para alcançar uma meta final, prevalecem os valores humanos da confiança, da cooperação e da solidariedade, se afunilando no civismo, formam o capital social. As transformações são individuais, mas se estendem a toda a comunidade e à sociedade civil.

Os pesquisadores RIEDL, 2003 VOGT, 2003 e SOUZA CORREA, (2003, p.149-211) ao discutirem sobre o desenvolvimento regional afirmam que o Capital Social é “essencial para o desenvolvimento endógeno que exige cooperação permanente entre os agentes regionais para criar e manter um ambiente econômico competitivo”.

Partindo da afirmação desses autores, é notório que o capital social se reproduz no regime capitalista, porém o capitalismo nega os valores humanos de participação, cooperação e solidariedade. Também transforma o trabalho humano em mercadoria, a natureza com seus recursos naturais em matéria prima (BECKER, 2003 e SOUZA CORREA 2003). O ser humano se torna valor de produção e não de cooperação.

O referido autor (BECKER, 2003) também questiona como falar em comunidade cívica na globalização se a cooperação transformou-se num dos principais elementos da capacidade de competição das comunidades. Se os valores humanos nada mais servem somente para contribuir com o capital financeiro: “O capital dirige a sociedade como se fosse um acessório”. (BECKER, 2003, e SOUZA CORREA, 2003, p.85-121). E Polanyi, 1980, p.89-90, discorrendo em sua obra “A Transformação: as origens de nossa época”, afirma que a terra, o trabalho e o dinheiro foram transformados em mercadoria e subordinados à leis de mercado. Significa que a liberdade e a criatividade humana tem valor em sua sujeição mercadológica.

Assim, podemos afirmar que é nessa realidade de competição que a sociedade civil se encaixa com sua organização e encontra espaço para agir e realizar o desenvolvimento almejado. E através de sua união os obstáculos de origem capitalistas são enfrentados e a



cooperação inerente à cultura cívica, estabelece sua autonomia e exerce a *supremacia* e unifica sem homogeneizar.

Para Gramsci (COUTINHO,1989, p.78) a supremacia de um grupo social se manifestou sob dois modos: uma como domínio e outro como direção moral e intelectual. De modo que a supremacia se explica pelo domínio que um grupo vai exercer para coibir seus adversários na unidade e coesão, hegemonia e dominação, consenso e coerção, a direção e a ditadura.

A supremacia é a base sólida que a sociedade civil, em qualquer regime de Estado, entra na disputa para encontrar meios e estratégias em gerar o desenvolvimento local e obter seus próprios benefícios. E para a sociedade chegar a exercer sua supremacia e impor sua “ditadura”, se incluem os elementos constitutivos da comunidade cívica, juntamente com sua postura política e social que forcem para realizar mudanças estruturais.

No decorrer dos séculos, a história apontou vários casos em que grupos da sociedade civil se organizaram para mudar uma estrutura arcaica de política e de poder¹¹, bem como outros, em situações diferentes se uniram para reivindicar melhores condições de trabalho, melhores máquinas, melhoria no salário e definição da jornada de trabalho¹², que tempos depois formaram associações e sindicatos.

3.1 Capital Social base para o Desenvolvimento Econômico

O capital social cria condições para um grupo conquistar e construir sua autonomia em meio a uma sociedade competitiva e na sua própria heterogeneidade, pois são construídas redes e associações em que são desenvolvidas ações de interesse do grupo objetivando o seu desenvolvimento econômico.

Putnam (2000) mensura o capital social através de associações, porque através delas são discutidos os desafios e estabelecidas novas ações, nelas todos os membros visam o seu sucesso com o grupo e cada membro tem a certeza da colaboração de todos e ele mesmo se coloca a disposição. Estabelece-se uma reciprocidade e cumplicidade entre os membros. E

¹¹ A Revolução Francesa, em 1789 quando a burguesia convence os camponeses se unirem para derrubar ao poder absolutista e implantar o novo poder liberal.

¹² A Revolução das máquinas, no final do séc. XVIII em que operários ingleses quebraram as máquinas em sinal de protesto aos duros trabalhos.



Coleman (1990) afirma que o capital social é construído através de um patamar em que são estabelecidos critérios e obrigações de participação. Um grupo que se encontra em situações semelhantes deverá partir, em conjunto, para ações inovadoras, com confiança mútua em que todos esperam que as ações sejam cumpridas por cada membro. Assim sendo, são estabelecidas relações de créditos e obrigações.

No nosso trabalho com os migrantes, constatamos que as pessoas eram solidárias e se ajudavam mutuamente, independentes de associações ou sindicatos. Se a solidariedade era uma prática entre elas não se deve somente às obrigações, conforme Coleman, mas também devido às situações desesperadoras que se instituíam pela falta de programas do Estado para atender à população.

A realidade de Rondônia, nos diversos municípios, era árdua portanto, a união dos vizinhos mais próximos ou distantes se tornou a base para a sobrevivência e para o desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, nos referenciamos à obra de Bourdieu, (1980), na qual ele afirma que o estabelecimento dos aspectos de relações sociais poderá alcançar o sucesso econômico construindo assim uma autonomia.

3.2 Aspectos da Experiência da APA de Capital Social.

Analisamos alguns aspectos internos da associação como as atividades eram organizadas e distribuídas entre a diretoria e os associados da Associação dos Produtores Alternativos – APA, criada em 1989¹³. Atualmente a associação, como instituição jurídica se encontra extinta, mas os ex-associados continuam com a proposta alternativa de produzir nos parâmetros do desenvolvimento sustentável, objetivo geral que norteou desde a sua criação.

O primeiro aspecto a ser colocado em questão é relacionado à diretoria em suas atividades: verifica-se o seu empenho nas diversas atividades de encaminhamento da associação e também a solicitação para trabalhar dois dias na mesma (LIVRO ATA,1994).

¹³ A APA foi criada por um grupo de agricultores que sofreram as conseqüências do desmatamento e do uso do agro-tóxico e construíram uma nova proposta de desenvolvimento.



Neste caso, encontramos em PUTNAM: 2000:101 a seguinte afirmativa: “O interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica.”

A questão pública é o interesse que todos os membros de uma associação manifestam em seu desenvolvimento, nas melhorias que poderão ser implementadas, novos projetos realizados para o bem estar de todos os associados e visando também a melhoria local e regional.

Nessa mesma reunião da APA, a secretária também enfatiza a importância dos sócios participarem das diversas atividades, no que diz respeito ao preparo das embalagens do mel como também na hora da venda na feira.

Na realidade, são trabalhos simples a serem realizados, qualquer pessoa poderia fazer, porém, são atividades importantes devido ao envolvimento que os membros da associação exigem, pois não se trata de um único dono, mas a produção é a soma de várias pessoas que trabalharam e depositaram ali o seu produto. Esse produto não é uma simples mercadoria a ser vendida numa feira ou num supermercado, mas é o resultado do trabalho de pessoas associadas, que têm sua história de vida, empregam seu esforço, dedicação e experiência, e que ao produzirem estão sempre em sintonia com o seu grupo de pessoas, no caso, a associação. E no mercado, o produto representa também a associação e não um único produtor.

Em diversas Atas de Reuniões, detecta-se a presença de outros trabalhos mais simples, no entanto, fundamentais para o bom êxito, como: preparar as embalagens (potes de vidro) para o mel, o palmito e para os doces feitos de frutas regionais; confeccionar as caixas de madeira para abrigar as abelhas; limpar as caixas já ocupadas pelas abelhas em produção e costurar os jalecos para serem usados nas atividades da apicultura. Constata-se que, ao longo das atas de reuniões e assembléias, essas atividades dependem do trabalho voluntário da diretoria e dos seus associados e também de outras pessoas, no caso as mulheres, que no início não eram associadas, eram somente esposas¹⁴.

Um exemplo a ser mencionado é sobre a primeira e a segunda Feira do Mel, em que houve o empenho de todas da diretoria tanto na preparação quanto nas vendas, contando também com a secretária da associação e dos sócios. (LIVRO ATA,1992, p.5-16).

¹⁴ Discussão discorrida anteriormente, sobre a participação da mulher na associação.



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

Por isso, convém afirmar que as atividades desenvolvidas em conjunto, pertencentes a um grupo com objetivos comuns são revestidas do ideal desejado, com o capital social, que por sua vez estimula a solidariedade e ajuda a superar as falhas mediante as ações coletivas, (KLIKSBERG,2000, p.29).

Outro aspecto pertinente ao capital social é o trabalho de mutirão, presente em pequenas comunidades pobres, de bairros de periferia, grupos específicos ou étnicos e nos pequenos grupos rurais. É um trabalho de solidariedade. E ele acontece porque o grupo tem confiança mútua. Verificamos que é uma prática comum na APA e mencionado várias vezes. “...Faremos mutirão para fazer umas 150 (cento e cinqüenta caixas)”. (LIVRO ATA, 1995, p. 25)

No mutirão estão presentes os valores da confiança, da solidariedade, da participação e da cooperação como também a certeza da mudança, porque houve o desempenho de vários membros da associação. Na cooperação significa que se estabelece a confiança mútua, isto é: “Para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros”, (PUTNAM,2000, p.174). Conforme a parábola do filósofo Hume, a ajuda se torna mútua, desde que se estabeleça vantagem para os dois lados: “ ... É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã...” (id.ib:2000:173)

Esses valores do capital social são características da organização social, no caso da associação, sociedades, cooperativas, clubes esportivos e outros grupos, que estabelecem entre elas relações bem horizontais. (id.ib.2000:184)

Outro aspecto a ser observado: o associado cultiva uma variedade de produtos para o seu sustento, com o apoio da associação. Ao mesmo tempo, por parte dos produtores e da própria associação é desenvolvido um maior empenho em melhorar a qualidade e a produção do mel. Mesmo gerando crises entre as partes, devido a produção, pagamento e repasse de valores, se conserva uma cumplicidade, porque como se trata de um grupo, se tem a certeza que numa outra oportunidade se alcançará os objetivos traçados, pois, conforme o Relatório final de implementação PD/A APA, período do ano de 1997 a 2000, p. 7: (...) A APA aumentou significativamente o volume de produtos comercializados, aumentando também a receita e a necessidade de estrutura e gerenciamento (...).



Ao analisarmos a venda dos produtos na feira, entre os não associados da APA e os associados da APA, vimos que na venda total dos produtos o quantitativo da venda incide por parte dos associados, em favor da associação, em que os mesmos eram favorecidos, e sua produção era em maior quantidade e mais saudável, pela diversidade de produtos, fruto do manejo do solo e consórcio no plantio sem uso do agrotóxico, e, enquanto que a produção dos não associados consistiu na base da monocultura convencional e, também, pelo fato da sua não organização, preferiam vender seus produtos diretamente ao consumidor.

Tal prática manifesta, por parte dos associados, um compromisso com o seu grupo que mantém assim a cooperação e a confiança e possibilita o trabalho em conjunto, que Putnam (2009) defende que os valores culturais, principalmente o fator religioso.

Durante as entrevistas que realizamos com os agricultores, os associados afirmavam que vender diretamente para o consumidor tornar-se-ia mais lucrativo do que para a associação, na qual o preço do produto é mais barato. Porém, para o produtor, negociar na associação é mais seguro já que as vantagens se contextualizam na garantia da compra e venda do seu produto, bem como do lucro e do transporte de seus produtos à feira., pois a diretoria da associação se encarregava de colher o seu produto em seu estabelecimento.

Em nossa pesquisa, verificamos também os dias dedicados à comunidade por parte dos não associados da APA e dos associados da APA e constatamos que há uma maior dedicação, solidariedade e cooperativismo por parte dos Associados da APA.

Constatamos também que gradativamente o que mantém uma associação não é somente o progresso econômico, mas os valores cívicos, pela sua perseverança, confiança mútua e um “apostar” mutuamente, possibilitando assim o sucesso econômico e uma maior qualidade de vida.

4. Considerações Finais

Ao verificarmos a base constitutiva do capital social detectamos que o capitalismo cria dicotomias nos diversos aspectos da vida em sociedade e seus segmentos. Destrói valores construídos, implanta e importa valores e cria sua cultura própria que é o do individualismo e o da competição, situação em que grupos de pessoas procuram construir alternativas para sua sobrevivência e também para recuperar sua identidade e integração social.



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

Nos diversos segmentos da sociedade, a maioria é pobre. São pessoas desprovidas de bens materiais, mas, segundo (KLIKSBERG,2000), têm bagagem cultural, saberes de tradições e de relações que proporcionam a elas a valorização do ser humano e de seus valores culturais, de seu potencial e de sua capacidade criativa contribuindo para o seu progresso econômico.

Durante a pesquisa, constatamos que o capital social desempenha um papel importante em estimular a solidariedade e a ajuda mútua, a superar as falhas na sociedade e estabelecer uma ordem pública, em favorecer o desenvolvimento econômico com sustentabilidade e equidade social, mediante ações coletivas, porque ele proporciona a integração social. (COLEMAN,1990).

5. Referências Bibliográficas:

- BECKER, Dinizar. Capital social: uma nova derivação econômica do mercado? In: **Capital Social e Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul-RS, Ed. UNISC.2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**, 4ª ed., São Paulo, SP. Papirus Ed., 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**, 5ª ed., Rio de Janeiro, RJ, Bertrand Brasil, 2002.
- COLEMAN, James. **Foundations of social theory**. Belknap,1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci, **Um Estudo sobre seu Pensamento Político**, Rio de Janeiro, RJ, Ed. Campus, 1989.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Capital Social**, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2003.
- GUBERT, Renzo, POLLINI, Gabriele (Orgs.) **Cultura e Desenvolvimento**. Porto Alegre: Edições EST. 2005.
- IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1979.
- KLIKSBERG, Bernardo e TOMASSINI, (comp.). **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**, 1ª ed., Buenos Aires, Argentina, Banco Interamericano de Desarrollo/ Fundación Felipe Herrera/ Universidad de Maryland/Fondo de Cultura Económica, 2000.
- MAHAR, Dennis. **Desenvolvimento Econômico na Amazônia: uma análise das políticas governamentais**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA/INPES, 1978.
- POLANYI, Karl. **A Grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia. A experiência da Itália Moderna**, 2ª ed., Rio de Janeiro, RJ, Fund. Getúlio Vargas Ed., 2000.
- RIEDL, Mario; VOGT, Olgário P. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência do capital social. In: SOUZA CORREA, Sílvio M (Org.). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul-RS, Ed. UNISC.2003.



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

SOUZA CORREA, Sílvio M (Org.). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul-RS, Ed. UNISC.2003.

Fontes Primárias:

APA - Livro Ata da Associação dos Pequenos Agricultores de Outro Preto d'Oeste, 1992 a 1995 Ouro Preto d'Oeste – RO.

APA – Relatório Final de Implementação, Contrato nº 254, período:01/07/97 a 30/06/00

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária. RELATÓRIO,1981 – INCRA - Porto Velho-RO.